CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

Nome	PEDRO BRITO VEIGA MONIZ LOPES
Local e Data de Nascimento	Aveiro, 16 de Novembro de 1981
Nacionalidade	Portuguesa
Morada Institucional	Alameda da Universidade – Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa Praça Nuno Rodrigues dos Santos, 14B, 1600-171, Lisboa – Portugal
Telefone	21 330 39 00 / 96 96 56 947
Correio electrónico	plopes@fd.ul.pt ; plopes@cardigos.com

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

01/2016	Doutoramento em ciências jurídico políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob orientação do Prof. Doutor David Duarte, com dissertação intitulada “ <i>Derrotabilidade normativa e normas administrativas</i> ”. Aprovado com distinção e louvor por unanimidade (18 valores) Bolseiro de doutoramento da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP.
10/2010	Mestrado em ciências jurídico-políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob orientação do Prof. Doutor David Duarte, com dissertação intitulada “ <i>Princípio da boa fé e decisão administrativa: estrutura e operatividade na discricionariedade conferida por normas habilitantes</i> ”. Aprovado com 18 valores.
10/2005 – 06/2006	Pós-graduação em ciências jurídico-administrativas pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (IJCP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
09/1999 – 07/2004	Licenciatura em Direito (menção de ciências jurídico-políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Classificação final de 16 valores.

EXPERIÊNCIA ACADÉMICA

01/2016-presente	Professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (http://www.fd.ul.pt/Faculdade/Docentes/PedroMonizLopes.aspx)
09/2008 – 09/2009; 09/2010 – presente	Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Disciplinas do 1.º ciclo (Licenciatura) leccionadas: - Direito Administrativo I e II; - Direito Constitucional I e II;

- Direitos Fundamentais;
- Ciência Política

Disciplinas do 2.º ciclo (*Mestrado em Direito e Prática Jurídica*) leccionadas:

- Políticas públicas
- Cooperação interadministrativa e transfronteiriça

Disciplinas do 2.º ciclo (*Mestrado em Direito e Ciência Jurídica*) leccionadas:

- Metodologia da Investigação Científica

01/2016 – presente Investigador Principal do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

01/2013 – 01/2016 Investigador Principal do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

EXPERIÊNCIA EDITORIAL

12/2015 – presente Director Executivo da Revista *e-Pública – Revista Electrónica de Direito Público* (Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito de Lisboa) (<http://e-publica.pt/quemsomos.html>)

01/2014 – 12/2015 Director Executivo Adjunto da Revista *e-Pública – Revista Electrónica de Direito Público* (Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito de Lisboa)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

01/2015- presente Sócio da Sociedade Cardigos e Associados – Sociedade de Advogados, RL (Departamento de Projectos e Direito Público) (<http://www.cardigos.com/pt/a-equipa/Pedro-Moniz-Lopes/24/>)

06/2008 – 01/2015 Advogado Associado Sénior no Departamento de Projectos e Direito Público da Sociedade Cardigos e Associados – Sociedade de Advogados, RL

07/2013 – presente Integrou como Presidente júris de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes (Administração central e municipal).

07/2014 – presente Árbitro do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa (<http://www.caad.org.pt/content/show/id/19/s/2#topmenu>)

LÍNGUAS Português (língua materna); Inglês (fluente); Castelhana (nível intermédio); Francês (nível intermédio); Alemão (nível inicial).

PUBLICAÇÕES

The nature of competence norms in AA. VV., *Encyclopedia of Philosophy of Law and Social Philosophy*, M.N.S. Sellers and Stephan Kirste (Eds.), no prelo (2017);

Legal norms as hypothetical imperatives in AA. VV., *Encyclopedia of Philosophy of Law and Social Philosophy*, M.N.S. Sellers and Stephan Kirste (Eds.), no prelo (2017);

Implicazioni derivanti dalla genericità nella (in)coerenza e nella (in)completezza dei sistemi giuridici in *Diritto & Questione Pubbliche*, no prelo (2017);

The syntax of principles: genericity as a logical distinction between rules and principles in *Ratio Juris*, no prelo (2017);

Derrotabilidade normativa e normas administrativas, em curso de publicação (dissertação de doutoramento);

Comentário ao artigo 2.º do Decreto-Preambular («Regimes Especiais») in AA. VV., *O Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas: Comentários à luz da Jurisprudência*, C. AMADO GOMES, A. R. PEDRO, T. SERRÃO (Coord.), AAFDL, 2017, pp. 125-143;

Are we positive about positive law in a global sphere? A comment on Edouard Fromageau's "the Concept of Positive Law in Global Administrative Law" in e-Pública: *Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 6, (2015);

Objecto, condições e consequências da invalidade regulamentar no novo Código do Procedimento Administrativo in AA. VV., *Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo*, C. AMADO GOMES, A. FERNANDA NEVES, T. SERRÃO (Coord.), AAFDL, 2015, pp. 847-879;

Illegalidades urbanísticas e medidas de reintegração: algumas questões a propósito da dicotomia procedimental entre licenciamento e comunicação prévia, Almedina, 2015, pp. 205-225;

Licenciamento de operações de tratamento de resíduos, margem de livre apreciação administrativa e precariedade do acto final, in AAVV, *Direito dos Resíduos*, Lisboa, ERSAR/FDUL, 2014;

O regime substantivo dos regulamentos no projecto de revisão do Código do Procedimento Administrativo: algumas considerações estruturantes in e-Pública: *Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 1, (2013), disponível em <http://e-publica.pt/pdf/artigos/regimesubstantivosdosregulamentos.pdf>;

Ponderação na revogação de actos administrativos inválidos, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, IV, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, pp. 769-795;

Princípio da boa fé e decisão administrativa – estrutura e operatividade na discricionariedade conferida por normas habilitantes, Coimbra, Almedina, 2011 (dissertação de mestrado);

Princípios como induções deonticas: a previsão indutiva, o défice informativo e a derrotabilidade condicional nos princípios jurídicos, Revista Nomos, edição 1011.1, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, Brasil (2011), pp. 197-235;

Sobre as sentenças de inconstitucionalidade parcial qualitativa: enunciados constitucionais de preferência in *As sentenças intermédias da justiça constitucional*, coord. Carlos Blanco de Moraes, Lisboa, AAFDL, 2009, pp. 477-577;

O valor jurídico das normas de decisão jurisprudenciais, O Direito, n.º 140, n.º 3, (2008), pp. 645-695.

Lisboa, Fevereiro de 2017